

REVISITANDO CANUDOS: MEMÓRIA E TESTEMUNHO NO PROCESSO DE (RE)INTEGRAÇÃO DA CIDADE

Daniela Bomfim Pina¹

“A memória é a mais épica de todas as faculdades.”

O Narrador – Walter Benjamin

RESUMO

Ainda hoje, Canudos é lembrada como palco de um dos maiores massacres ocorridos no Brasil. A guerra ocorrida no sertão da Bahia, ao final do século XIX, se tornou uma das mais recorrentes memórias propagadas em relação à cidade. Na literatura, Euclides da Cunha narra a campanha orquestrada pelo governo republicano que tinha o objetivo de fundar a comunidade liderada por Antônio Maciel, o Conselheiro. O olhar apresentado por Cunha demonstra uma posição de testemunho, porém em caráter externo, em razão de sua função na guerra, enquanto correspondente a serviço do governo federal. Desse modo, este trabalho tem como foco revisitar algumas memórias construídas em torno de Canudos, enquanto espaço geográfico, tendo como base o conceito de trauma. Consequentemente, pretende-se compreender a contestação por parte da população local atual sobre as narrativas anteriores, como a encontrada em “Os Sertões”. Enseja-se ainda relacionar o processo de reintegração da região a partir da discussão de Henri Lefebvre sobre Direito à Cidade.

Palavras-chave: Canudos. Memória Social. Trauma. Direito à Cidade.

ABSTRACT

Until today “Canudos” is remembered as the stage of one of the biggest slaughters that took place in Brazil. The war that happened in the hinterland of Bahia in the end of the 19th century has become one of the most recurrent memories spread in relation to the town. In the literature, Euclides da Cunha narrates the campaign orchestrated by the republican government with the goal of end the community led by Antonio Maciel, “o Conselheiro”. Cunha presents a witness perspective, but from an outside angle, because of the war function, while correspondent of the federal government. Therefore, this essay focuses on revisiting some memories constructed around Canudos, as a geographic space, based on the concept of trauma. As a consequence, this work intends to comprehend the current contestation by part of the local population in relation to previous narratives, like the ones find in “Os Sertões”. This work still aims to make a connection between the reintegration processes of the region from the perspective of Henri Lefebvre’s discussion about the right to the city.

Keywords: Canudos. Social Memory. Trauma. Right to the City.

¹ Mestranda em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ). Socióloga e licencianda em Ciências Sociais (ICS/UERJ). Atua como Agente educadora na rede municipal de educação do Rio de Janeiro (SME/RJ). Email: danielabp97@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a memória é uma forma de recordação que se utiliza de lembranças, tanto vividas pelo indivíduo como pelo grupo no qual está inserido. Nesse sentido, compreende-se que a memória pode ser relida como um fenômeno social que tenta explicar o passado, mas que leva em consideração elementos subjetivos e pessoais de quem a utiliza para recriar a história.

Assim, tendo em vista os eventos históricos enfrentados ao longo dos últimos cem anos, atualmente é possível tecer e refletir sobre as narrativas desenvolvidas a partir desses eventos. Com relação aos episódios traumáticos ocorridos no início do século XX, alguns conceitos surgiram como elementos importantes para (re)apresentar esses momentos. Os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto, nesse contexto, aparecem como expositores de uma sequência de acontecimentos que marcaram uma época, tanto socialmente quanto de forma íntima. E desse modo, após a experiência de trauma vivida, o ato de narrar essa vivência se coloca como uma forma de reinserção do sujeito traumatizado no mundo e sua reconexão com os demais indivíduos.

A partir dessa breve exposição, pode-se considerar que episódios traumáticos se repetem em espaços diferentes e em conjunturas diversas. No Brasil, ao final do século XIX, a cidade de Canudos, no estado da Bahia, foi cenário de um dos confrontos mais sangrentos da história do país. A formação do Arraial de Belo Monte, sob a liderança de Antônio Maciel, o Conselheiro, se opunha aos desígnios da República recém-criada. Desse modo, os habitantes do arraial tiveram como resposta a Guerra de Canudos (1896-1897). Consequentemente, tornaram-se evidentes elementos traumáticos à história da região.

A representação amplamente promovida sobre a Guerra de Canudos é encontrada em “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. A obra descreve o confronto a partir de um olhar que, ao mesmo tempo que testemunha o massacre, é exterior, por se tratar de um jornalista correspondente, militar e com base na então capital do país, Rio de Janeiro. Desse modo, entende-se que a interpretação da guerra realizada por Cunha, apesar de sólida, é passível de contestação, o que vem ocorrendo recentemente.

No atual cenário, investiga-se de que modo as ações do passado interferiram na formação da cidade de Canudos dos dias de hoje e de que modo essa memória pode auxiliar a população para se organizar enquanto parte detentora de direitos daquele espaço. A utilização

da terra, com o estudo da agricultura no semiárido, é um exemplo de ação que indica um olhar mais recente para um lugar até então lembrado pela guerra, pela miséria e pela seca.

Esta investigação tem como alvo discorrer sobre pontos levantados acima, tendo como base os conceitos de memória, trauma e cidade. Para a produção dessa pesquisa, realizou-se ainda a entrevista com o atual presidente do Instituto Popular Memorial Canudos (IPMC), Vanderlei Leite da Silva e com o fundador e ex-presidente Prof. Dr. José Wilson Andrade.

ENTRELAÇOS DE MEMÓRIAS E NARRATIVAS

Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs, a memória é uma forma de recordação coletiva, que se coloca a partir da vivência do indivíduo em diferentes grupos (1990). Dessa interação, a memória coletiva se uniria a ideia de memória individual como complementares. Sob a influência durkheimiana, o intelectual compreendia a memória como um fato social², no qual também poderia ser explicado a partir da relação indivíduo/sociedade, porém de modo intrínseco. Essa afirmativa tem como justificativa o entendimento de que o sujeito vive em sociedade e se utiliza constantemente de recursos sociais para a formulação da memória pessoal. Elementos como datas e documentos são exemplos de instrumentos usados para essa marcação.

Além disso, de acordo com Halbwachs, a memória coletiva se constitui em concordância com resquícios pré-existentes no indivíduo. Isso se estabelece por meio de lembranças que contribuem para a adequação da memória individual à memória do grupo ao qual o sujeito pertence (1990). Essas lembranças são partilhas que baseiam a ideia de memória coletiva.

A partir dessa discussão, pode-se perceber que o estudo da memória no campo das ciências sociais evoca a perspectiva coletivista inaugurada por Maurice Halbwachs (1990). Por meio dessas observações, verifica-se a importância de discutir as formas pelas quais a memória é preservada na sociedade e suas consequências para com a interpretação do passado e dos eventos históricos.

Sendo assim, a narrativa histórica surge como um dos possíveis instrumentos de recordação. Isso porque ela permite a autonomia do sujeito por meio do ato de narrar, contudo, simultaneamente, aponta para quem pode realizar a rememoração de fatos, eventos, episódios

² Segundo Émile Durkheim, fato social se define como toda ação, ainda que não fixa, que seja passível “de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (DURKHEIM, 1978, p. 6).

e provocar o direcionamento de visões de mundo. Com isso, pode-se entender que os meios de representação do passado assumem um papel importante, mas que precisam ser analisados considerando essas questões. Essa problemática é discutida pelo filósofo Walter Benjamin no texto “O Narrador”, em que o intelectual reflete sobre a crise da narrativa.

Para Benjamin, a narrativa tem como fundamento o intercâmbio de experiências, em que a ação de passar o conhecimento de pessoa para pessoa é a fonte principal (1985). Além disso, na visão do filósofo, há dois tipos de narradores valorizados: o viajante e o anfitrião ancião. O primeiro tem consigo o conhecimento adquirido por meio da experiência de testemunhar outras terras, regiões, pessoas, acontecimentos e poder recontar essas histórias a partir de sua recordação. O segundo tipo tem dimensão temporal, pois seu conhecimento advém da observação e do acompanhamento da história de sua terra ao longo dos anos, em meio às transformações enfrentadas e vividas.

Nesse contexto, a crise da narrativa se constituiria no silenciamento dos narradores, que, em razão de acontecimentos por eles presenciados, não conseguiriam pronunciar o que viram, tanto em viagens para regiões de guerra, como em testemunhar eventos ocorridos diante de seus olhos em sua pátria/solo. Para Benjamin, essa dificuldade seria resultado da “pobreza da experiência comunicável” (1985), decorrente do testemunho ao indizível, ao inexpressável em palavras.

Desse modo, Jeanne Marie Gagnebin (2006) analisa que a perda das formas tradicionais de narrativas, discutidas por Walter Benjamin, estaria associada à perda da experiência proveniente dos problemas de assimilação das vivências de episódios traumáticos, principalmente após os eventos da Primeira Guerra Mundial. A partir dessa perspectiva, Gagnebin afirma “Portanto, sobre a impossibilidade, para a linguagem cotidiana e para a narrativa tradicional, de assimilar o choque/trauma, (...), fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem” (2006, p. 51).

Assim, cabe analisar que formas de narrativas atreladas a eventos traumáticos foram desenvolvidas aos poucos, vinculadas a um processo de reparação histórica aos danos provocados por esses eventos. Nesse quesito, o Holocausto³ (1933-1945) assumiu o protagonismo como acontecimento histórico a ser lembrado, de modo a ouvir seus sobreviventes. O intuito desta oitiva, segundo Bohleber, em concordância a Rusen, se faz dada a necessidade de recordação individual de testemunhos, que comportem a qualidade

³ O termo aqui refere-se ao fenômeno caracterizado pela perseguição e extermínio sistemático aos judeus na Alemanha, entre os anos de 1933 a 1945, durante o governo de Adolf Hitler, em que mais de seis milhões de pessoas perderam suas vidas por meio de medidas adotadas pelo próprio Estado.

catastrófica e traumática experimentada, para que não se perca o teor do genocídio para uma descrição meramente histórica (2007).

TRAUMA E TESTEMUNHO: UMA CONTRAPARTIDA EM DIREÇÃO A CURA

Com base nas discussões anteriores, considera-se relevante analisar a relação entre trauma e testemunho, articulada ao processo de recordação e reconstrução histórica. Em sua tese de doutorado, Ney Roberto Bruck (2007) define trauma como a incapacidade humana de suportar um revés, de modo a provocar a perda do sentido, a desorganização corporal e a paralisação da consciência temporal. O trauma também pode ter como consequências “(...) marcas que influenciam a criatividade e a motivação para a vida, pois produz bloqueios que se estendem à existência, já que o que dá sentido ao mundo fica abalado com a surpresa de o sujeito ver-se sem condições e com medo do futuro.” (BRUCK, 2007, p. 64).

A partir dessa análise, observa-se que o ato de testemunhar está recorrentemente vinculado ao trauma como um momento posterior, de abertura do indivíduo (sofredor da ação), que passa a ser o narrador e a testemunha do evento traumático. O decurso de retomada de voz das vítimas de situações de violência extrema emana do exercício de transposição em palavras de suas experiências, ainda que até então indizíveis. E é nesse contexto que a narrativa pessoal acontece.

Nesse sentido, de acordo com Márcio Seligmann-Silva, o testemunho pode ser caracterizado como uma atividade elementar a qual depende a sobrevivência dos que voltam das situações radicais de violência e que implica na necessidade imprescindível de narrar (2008). Desse modo, a narrativa do evento traumático se coloca como uma ação que permite ao sujeito, uma reaproximação com o outro por meio do ato testemunhal, que precisa, para tal efeito, da escuta externa. O significado da oitiva para a vítima se faz no momento em que este outro passa a ser co-participante de sua experiência. E assim, há um trabalho de religamento deste indivíduo com o mundo (SELIGMANN-SILVA, 2008).

O TESTEMUNHO COMO FONTE LITERÁRIA E DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

No campo da literatura, segundo Seligman-Silva, o conceito de testemunho tem sido utilizado como movimento de recordação. Em “Testemunho e a Política da Memória: O Tempo depois das Catástrofes”, o pesquisador destrincha a ideia de testemunho, de modo a refletir sobre seus possíveis significados. Em primeira análise aparece a visão religiosa, na qual há o sentido de “afirmação e revelação da fé” (2005). Em seguida, a discussão se direciona para o conceito de testemunha como parte do estudo jurídico, em que o sujeito se torna presente em determinado crime, e que se (com)porta como quem vê/ouve ou sofre a ação. Existe ainda a concepção de testemunho como o relato de uma situação traumática, que se adere a linha da psicologia social (SELIGMAN-SILVA, 2005).

Assim sendo, algumas obras literárias amplamente difundidas atualmente têm como fundamento o relato de experiência de sujeitos que foram testemunhas de catástrofes, e que por meio de seus escritos trouxeram à tona a dimensão traumática desses eventos. Os exemplos mais conhecidos dessa forma de literatura são os diários de perseguição aos judeus produzidos durante o regime totalitarista comandado por Adolf Hitler – “O Diário de Anne Frank”, “O Diário de Helga” - que apresentam descrições do cotidiano de fuga e terror vividos pelas autoras, que também são testemunhas e vítimas do Holocausto.

Contudo, a literatura possui ainda outras obras que dialogam com essa forma de tradução de experiências e que são passíveis de análise e discussão. A denominada literatura documental, propagada no início do século XX, também utilizou de narrativas pessoais como forma de produção de conhecimento científico e informacional. No contexto brasileiro, Euclides da Cunha surge como um autor que elabora um texto representativo de sua época, mas que expõe, a partir de sua percepção, o acontecimento de uma guerra com desfecho violento e traumático. Compreendendo o texto literário como um espaço de manifestação pessoal a determinado tema, cabe aqui a análise do livro “Os Sertões” como uma das possíveis interpretações à Guerra de Canudos, por meio do testemunho de um escritor que, ao narrar, leva em consideração seu ponto de vista de indivíduo externo (correspondente jornalístico), ao observar aquela realidade.

Lançado em 1902, o livro se desenvolve a partir da viagem de Euclides da Cunha à região de Canudos, às ordens do governo republicano, para acompanhar os desdobramentos do conflito entre a população do Arraial de Belo Monte e o exército brasileiro. Ao ver de perto as questões da terra, dos sertanejos e o desfecho do embate, Cunha aponta um cenário que se constrói e ao mesmo tempo se destrói, confronto após confronto. Nesse ínterim, o autor observa

ainda as configurações sociais da região e também as dificuldades enfrentadas. Após sua publicação, a obra teve grande repercussão, porém resultou numa ampla interpretação do evento com base na perspectiva do escritor, o que atualmente vem sendo problematizado e será discutido mais à frente.

A FORMAÇÃO (EXTRA)ORDINÁRIA DO ARRAIAL DE CANUDOS

No Brasil, o acontecimento de eventos conflituosos no final do século XIX, gerou experiências específicas de trauma, que são basilares para discussões deste trabalho. A guerra de Canudos, no estado da Bahia, entre os anos de 1896 e 1897, provocou o massacre de milhares de pessoas e a destruição do Arraial, criado em 1893 com o intuito de ter independência com relação a República brasileira, proclamada em 1889.

De acordo com José Calasans (2002), desde 1870, na província da Bahia, havia duas pequenas localidades chamadas de Canudos. A primeira referia-se a uma região de aspecto desértico e com um povoado de cerca de noventa habitantes. A segunda localidade de nome Canudos era uma fazenda que tinha seu limite entre as freguesias de Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e Santíssima Trindade de Massaracá. Esta fazenda foi o lugar de projeção nacional, em que durante a última década do século XIX ocorreu um dos maiores episódios de massacre no Brasil (CALASANS, 2002).

Com base na pesquisa de Calasans, evidencia-se que a fazenda Canudos, transformada posteriormente em Arraial, ganhou novos contornos apenas depois da chegada de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, em 1893 (2002). Por ser localizada em uma região geograficamente privilegiada, com proximidade a estradas movimentadas da época, o contingente de pessoas que circulavam por Belo Monte (nome atribuído a Canudos por Antônio Conselheiro) era numeroso. Muitas dessas pessoas provinham de fazendas vizinhas ou eram viajantes que pernoitavam por ali.

Porém, conforme aponta José Calasans, a estrutura do Arraial indicava que o número real de habitantes seria em torno de duzentas e cinquenta pessoas em período pré-chegada de Antônio Conselheiro (2002). O crescimento da comunidade, apesar do rotativo de sertanejos, tinha por entre diversas explicações, a forma como Conselheiro assumiu a liderança da região. Ainda que passível de diferentes perspectivas, essa posição trouxe a multiplicação de adeptos à organização estabelecida naquele contexto.

Desse modo, vale ressaltar que, apesar das informações oferecidas por Calasans sobre a origem do Arraial de Belo Monte, sua análise tem como base o caráter fanático recorrentemente atribuído a Antônio Conselheiro e ao povo que o seguia. Em determinado momento de seu trabalho, o pesquisador chega a descrever a população como um povo “fanatizado” e guiado cegamente, principalmente por acreditar nos partidários de Conselheiro. Ao final do texto, o historiador afirma:

Acreditamos nos milagres do Bom Jesus (Antônio Conselheiro), mais anunciados por seus partidários do que por ele mesmo, (...), milhares de brasileiros, pobres e remediados, homens e mulheres, velhos e meninos, brancos, índios, negros, mestiços deixaram suas terras, abandonaram seus bens, afastaram-se dos seus parentes, dos seus compadres e afilhados e foram viver, matar e morrer num longínquo chão sertanejo (...). (CALASANS, 2002, p. 81)

Essa perspectiva desconsidera outras interpretações investidas ao acontecimento e que têm sido trazidas para debate nos últimos anos. Isso porque, de certo modo, ela limita o olhar sobre os habitantes do Arraial de Canudos, como meros sectários. Apesar do caráter messiânico da liderança de Belo Monte, outros aspectos também se sobressaem, como a disputa pelo poder na região, que propriamente levou aos confrontos da Guerra.

Consoante à Câmara & Câmara (2015), a transformação do Estado brasileiro de Monarquia a República, em 1889, teve como seus idealizadores elites oligárquicas, que detinham do poder socioeconômico do período. Envolvida pela questão agrária e pela luta dos camponeses, a formação do Brasil apresentou elementos que perpassam a organização de parte de seu território, como é o caso da região Nordeste. A estrutura latifundiária, afetada pelo fim do sistema escravocrata em 1888, teve como forma de remanejamento sua organização por meio do trabalho assalariado. Contudo, essa nova configuração não trouxe mudanças reais para as condições de vida dos sertanejos (CÂMARA & CÂMARA, 2015). As secas, eventos climáticos característicos do semiárido, acentuaram o descaso com a região, principalmente após as graves estiagens de 1877 e 1879. O cenário de miséria e fome, acompanhado pela exploração do trabalho por “coronéis”, provocou manifestações como contestação àquela realidade (CÂMARA & CÂMARA, 2015).

Durante as últimas décadas da Monarquia (1822 – 1889), revoltas eclodiram por efeito das crises relacionadas às questões anteriormente comentadas. Nessa conjuntura, a Igreja Católica enfrentou cisão por meio de duas alas: a hierárquica clerical e a vertente popular ou rústica (CÂMARA & CÂMARA, 2015). Conforme às pesquisadoras, na segunda linhagem surgiram nomes como Padre Ibiapina, Padre Cícero e Antônio Conselheiro (2015). Seus

trabalhos eram voltados para “a questão social do país, desenvolvendo uma forma de religiosidade muito próxima do entendimento e da realidade do povo” (CÂMARA & CÂMARA, 2015, p. 8).

Dessarte, a configuração para o confronto em Canudos teve como pilares a insatisfação popular com as ações do poder público (em processo de transformação para o governo republicano) que não atendiam às necessidades e anseios do povo, as consequências da seca na vida dos sertanejos, que criava um espaço de fome, doença e morte e, por fim, o aporte religioso, por meio de lideranças marginais, que influenciavam a organização social por meio da distribuição e vida comunitária. Assim, a ação de guerra no Arraial de Belo Monte se colocou como uma ruptura de um horizonte pelo qual os sertanejos almejavam uma alternativa em relação às condições apresentadas pelo contexto. Os relatos sobre o evento demonstram o caráter agressivo de destruição, e como a população foi praticamente exterminada em nome da ordem.

No texto “O Genocídio de Canudos como Trauma e os Sertões como relato testemunhal” Zelina Szachnowski e Aryadne Bezerra Araújo constroem a relação entre a obra euclidiana e o massacre do Arraial de Belo Monte, sendo esta a situação traumática enfrentada pelo autor (2019). A discussão tem como ponto de partida a ida de Cunha à Bahia como correspondente do jornal Estado de São Paulo e que, inicialmente, tem como objetivo transcrever o movimento rebelde de sertanejos, que se oporiam à República, proclamada em 1889. Sendo denunciada como a favor do retorno ao governo monarquista, para as autoras, o texto de Euclides da Cunha apresenta trechos que demonstram uma transformação da perspectiva do jornalista, de modo a avaliar a campanha de Canudos como um crime (2019). Sobre a alteração do ponto de vista realizada por Cunha em relação às medidas adotadas pelo governo republicano, Szachnowski e Araújo, em concordância com a análise de Walnice Nogueira Galvão, denominam de “extraordinária reviravolta da consciência” (2019, p. 213).

Desse modo, observa-se que o relato testemunhal tem como força motriz a autonomia de quem o narra. Ao expressar em palavras a sua experiência, permite-se uma transmissão de atmosfera ao momento do evento catastrófico, contudo, deve-se considerar que a ação limita a interpretação daquele episódio por determinado prisma. Com isso, é importante ressaltar que esta é uma das características da literatura, enquanto campo que também realiza análises sociais.

Com isso, deve-se compreender a existência de outros mecanismos de manifestação da memória, da história, da narrativa, e que podem ser expressos de modo físico (ou virtual): os lugares de memória, como discute Pierre Nora.

Ao realizar as diferenciações entre história e memória, Nora (1993) aponta aspectos que as colocam quase em posições antagônicas. Desse modo, a memória é percebida como um conjunto de lembranças que une uma sociedade. Essas rememorações podem ser imprecisas ou vagas, contudo apresentam elementos que tornam aquele determinado grupo vivo, em decorrência inclusive da espontaneidade da memória. Com isso, Nora define:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manifestações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (1993, p. 9).

Em um movimento oposto, Nora descreve a história como um instrumento de reconstrução do passado, trazendo consigo uma ordem linear, fincada a vestígios e que demanda análises e críticas (1993). Somando-se a essa visão, a história teria como objetivo a desvalidação dos aspectos mais ressaltados pela memória, ao conduzir a percepção do passado a uma mesma orientação, universalizada e relativizadora, de fatos caros a uma comunidade, por exemplo. Nesse caminho, as postulações elaboradas por Nora evidenciam o tangenciamento da história para um trajeto de leitura e interpretação do passado, renunciando outras abordagens menos problemáticas e críticas aos acontecimentos vividos.

Assim, entre a dicotomia memória/história, o que se visualiza é a construção de uma memória coletiva, em sentido de ampliação das percepções acerca do passado em direção de uma história única, cronológica e pertencente a todos. Os elementos distintivos das tradições e costumes particulares de um grupo acurvam-se diante de uma memória difundida como verdadeira, a história.

Desse modo, para Nora, a criação de lugares de memória intervém nessa conjuntura ao reterem os vestígios que alimentam a sacralização de um passado com orientação para o futuro. A evidência de um espaço tomado pela ideia de memória sugere a projeção de elementos/lugares que se preservam e/ou continuarão a existir posteriormente, guardando os rituais do passado como um intervalo sacro em uma sociedade *laicizada*. Essa dinâmica estabelece um movimento intermitente de reconhecimento de grupo em meio a uma sociedade que busca nivelar seus indivíduos, igualá-los (1993).

Dessarte, Nora afirma:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (1993, p. 13).

Logo, desses apontamentos, Nora indica que os lugares de memória também são acionados por grupos minoritários em que se tem como escopo a preservação de elementos, que para essas minorias estão sob ameaça pelos aspectos da história. E para tanto, faz-se necessário a construção de aspectos/artefatos que passem a concorrer com as narrativas encontradas na história, indicando, assim, nesses lugares de memória outras percepções sobre o passado.

Assim, ao se ater ainda a ideia de memória, Nora a explana como uma faculdade que precisa de suportes externos. E com isso, espaços como bibliotecas, museus, arquivos públicos, centros de documentação aparecem como depositários de um passado, que não se deseja esquecer (1993). A necessidade de registro nesta sociedade vem do interesse em reter lembranças do passado, que não permanecem mais de modo tradicional. O medo de não ter mais vestígios do passado, considera Nora, está em perder a trajetória de como “chegamos até aqui” (1993). Atualmente, o uso da memória desloca-se para a construção da história, com a qual, a partir de sua materialidade é possível recontar o percurso histórico de grupos por meio desses objetos e assim promover sua autoidentificação. Para Pierre Nora:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. (...). Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens (NORA, 1993, p.17).

Logo, compreende-se que a memória utiliza de mecanismos que constroem a leitura da trajetória de determinada pessoa, ou grupo. E nesse contexto, continua Nora, os lugares de memória têm como elementos três aspectos: material, simbólico e funcional (1993). O primeiro traz o elemento concreto do lugar de memória, como os museus, o segundo se refere à ação ritualística presente nesse lugar, como a cerimônia de um casamento, e último está vinculado a função atribuída a um objeto, que também corresponde a um lugar de memória, com as certidões de nascimento, por exemplo. Cada um deles age de modo coexistente e, para que exerçam o lugar de memória, precisam que o desejo fundamental daquele espaço seja memória, mas com aspectos que remontem ao passado, na tentativa de parar o tempo, mas também que sejam híbridos, a pontos de serem espaços de metamorfoses, “no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p. 22).

Nesse contexto, a busca por lugares de memória construídos pode ser encarada também como uma das manifestações atuais da (re)narrativa da história por meio da memória. Com base nessa discussão trataremos mais a seguir sobre a criação de museus memoriais como esses lugares de resgate do passado, mas com direcionamento a episódios de violência política.

REESCREVENDO A HISTÓRIA POR MEIO DE MUSEUS MEMORIAIS

Tendo em vista reflexões anteriores, é possível trazer à discussão novos pontos de vista com relação à Guerra de Canudos. Atualmente, com a nova produção acadêmica sobre o confronto envolvendo o exército brasileiro e os sertanejos da região, há um debate acerca da imagem originalmente promovida sobre o povo do Arraial, bem como de sua liderança, Antônio Conselheiro. E com isso, a própria população, descendentes de sobreviventes e moradores do município, contestam a narrativa inicial, atrelada ao fanatismo, que desconsidera a proposta de um novo modelo de organização socioeconômico realizado em Canudos entre os anos de 1893 e 1897.

Nesse contexto, a construção de um circuito de museus memoriais na região de Canudos demonstra a demanda pelo recontar histórico, tendo como narradores a própria população. Segundo Amy Sodaro, desde a metade do século XX há uma proliferação mundial de museus memoriais (2019). Para a pesquisadora, esta é uma forma cultural de lembrar e ensinar sobre a violência ocorrida no passado, principalmente política (SODARO, 2019).

Conforme analisa Sodaro, esses museus mostram o modo como as sociedades atuais encaram o passado, de maneira a projetarem um “ajuste de contas” com os episódios de violência e opressão (2019). Com isso, essa revisão do passado é acompanhada por diferentes setores, inclusive a sociedade civil, que passou a operar ações de resgate à memória por meio de organizações não governamentais (ONGs) (2019). Sodaro argumenta ainda que esse interesse pelo passado nos dias de hoje tem dimensões que atravessam a cultura popular através de espaços como “(...) museus e memoriais, autobiografias e memórias, documentários, séries e programas televisivos com temas históricos (SODARO, 2019, p. 210).

Amy Sodaro também se debruçou sobre a relação entre a propagação dos museus memoriais e a ampliação do discurso sobre os direitos humanos. Para Sodaro, esta é uma pauta que aparece de modo emergente e que domina a política local e global. Ao realizar esse processo

de instauração de lugares para reflexão sobre eventos passados, o objetivo principal se torna a não repetição dos atos de violação dos direitos humanos. Nesse contexto, a pesquisadora afirma:

Os museus memoriais, entretanto, assumem as funções positivas da memória. Neles é possível ver tanto a crença expressiva de que lembrar é bom e correto quanto a derivada obrigação de impedir violências futuras, reforçando uma cultura que respeite os direitos humanos. (SODARO, 2019, p. 213)

Baseado nas discussões anteriores, encontramos no Brasil alguns espaços que têm como alvo expor uma nova narrativa sobre eventos traumáticos ocorridos no final do século XIX no país. A cidade de Canudos, protagonista de um massacre de mais de vinte mil pessoas, ocupa um lugar de disputa de pontos de vista acerca da narrativa da Guerra sediada. Assim, e com olhares para debate sobre museus memoriais, traremos para análise o Instituto Popular Memorial Canudos (IPMC).

A CRIAÇÃO DO INSTITUTO POPULAR MEMORIAL CANUDOS

Com o centenário da formação do Arraial de Canudos, em 1993, a cidade promoveu o evento religioso Romaria como forma de ouvir a população sobre suas lembranças com relação ao que foi o Arraial de Belo Monte e suas narrativas. De cunho ecumênico, a celebração teve ampla adesão e transformou-se em uma assembleia. Desses encontros, surgiu a demanda pela criação de um espaço para reunir acervos pré e pós Guerra e também pesquisas sobre o movimento popular com o objetivo de fornecer uma outra perspectiva sobre a população sertaneja participante do levante.

Em entrevista realizada com os dirigentes do instituto, o Professor Dr. José Wilson Andrade, padre e um dos co-fundadores, atualmente docente da Faculdade Católica de Rondônia (FCR), e Vanderlei Leite da Silva, atual presidente do IPMC, foi possível discutir a dimensão da relação do espaço memorial com a cidade e com a população. Mas para tanto, foi necessário compreender o contexto e os motivos para a criação do museu. Segundo Andrade, a criação do Instituto se desenvolveu “para que tivesse uma personalidade jurídica e que não fosse ligada à Igreja Católica, que é quem realiza as Romarias” (informação verbal⁴). Nesse sentido, a ideia seria dar liberdade a estudiosos religiosos, trabalhadores de sindicatos rurais, movimentos sociais, historiadores e professores universitários para realizarem suas pesquisas sobre o movimento popular de Canudos.

⁴ Informação concedida pelo fundador do Instituto Popular Memorial Canudos Prof. Dr. José Wilson Andrade, em 28/06/2022.

Em relação à liberdade proposta, Andrade detalha que o quadro de fundadores do IPMC é composto de forma multidisciplinar, tendo intelectuais de diversas áreas, como teólogos, professores, lideranças das comunidades, representantes sindicais e representantes de movimentos sociais (informação verbal). Essa configuração teve como intuito transparecer por meio de trabalhos acadêmicos, pesquisas e manifestações sociais um caráter mais popular para o museu.

Nesse sentido, Vanderlei Leite da Silva, atual presidente do IPMC, aponta para a relação do museu memorial com a cidade de Canudos. Segundo Silva:

Uma relação importante é a de envolver a escola, os professores, os alunos, nessa temática de Canudos. Nos eventos que o IPMC realiza (...), a gente tem como preocupação articular a comunidade local. Nós saímos um pouco da área urbana e buscamos as comunidades rurais, comunidades habitacionais de fundo de pasto, que são bem típicas de nossa região. (SILVA, 2022, informação verbal) ⁵

Ainda sobre as justificativas para a criação do Instituto, os entrevistados sinalizaram que em 1993, com a celebração do centenário do Arraial de Belo Monte, aconteceram algumas festividades, dentre elas a Romaria (evento religioso), que reuniu toda a população. Durante esse evento, foram ouvidas as memórias dos descendentes do levante. Eles guardavam consigo recordações sobre a experiência de Canudos e, conseqüentemente, sobre confrontos, que eram materializados por meio de artefatos do período da Guerra. Assim, alguns dos organizadores da romaria se depararam com a necessidade de um espaço de preservação de peças da Canudos conselheirista. Para Vanderlei Leite da Silva, a romaria teve esse papel importante por ser “espaço de ouvir as vozes dos descendentes dos sobreviventes e dos sobreviventes” (SILVA, 2022, informação verbal).

Desse modo, e com objetivo de acolher pesquisadores, professores, historiadores, antropólogos e tantos outros grupos interessados na perspectiva local sobre o que foi o movimento de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, o padre e Prof. Dr. José Wilson Andrade, e demais figuras da região fundaram o Instituto Popular Memorial Canudos (IPMC). No início, a sede provisória localizava-se em uma paróquia, que também sedia seu espaço como centro comunitário e já reunia algumas lideranças de Canudos. Em 1995, por meio de apoio popular, o Instituto conseguiu adquirir um espaço próprio, no qual passaram a receber visitação.

Desde seu começo, o IPMC tem como fundamento ser uma organização não-governamental e, por isso, até hoje se mantém por meio de doações de apoiadores e de parcerias

⁵ Informação concedida pelo presidente do Instituto Popular Memorial Canudos Vanderlei Leite da Silva, em 28/06/2022.

eventualmente realizadas com universidades públicas próximas, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Como uma forma de contornar as dificuldades enfrentadas pela instabilidade de fomentação, os entrevistados relataram que estabelecem maior aproximação com entidades populares, como os movimentos sindicais, as comunidades rurais e outras típicas da região.

Questionado sobre o papel da memória para o IPMC, José Wilson Andrade afirma que essa é uma das razões da existência do Instituto. Segundo o professor, essa memória se consolida por meio da documentação e da visibilidade (ANDRADE, 2022, informação verbal). Ao trazer à baila o termo documentação, Andrade refere-se aos dados e elementos que comprovam episódios, fatos e períodos históricos. Com isso, os próprios relatos dos sobreviventes (ou de seus filhos) se tornam um documento, que testemunha o evento, ainda que não escrito de forma oficial e normativa.

A ideia de visibilidade, também frisada por Andrade, se insere em um contexto de ruptura de narrativa. Nessa perspectiva, o episódio de massacre ocorrido em Canudos assume um caráter denunciativo, que se interliga com eventos mais recentes e que atingem a população. A visibilidade é a oportunidade de encontrar novas formas de interpretar fatos, que até então seriam descritos de modo canonizados.

Para Vanderlei Silva, as memórias compartilhadas sobre o Arraial de Canudos, de antes da Guerra, também são importantes, pois através dessas recordações, lutas e movimentos de resistência são atualmente estimuladas (SILVA, 2022, informação verbal). Em sua fala, o presidente do IPMC traça um paralelo entre a resistência da população de Canudos e alguns episódios recentes no Brasil, em que conflitos resultaram na morte de moradores de favelas, que são espaços que “possuem seu território ameaçado” (SILVA, 2022, informação informal).

A partir dessas considerações, ao procurar compreender os principais objetivos do IPMC, enquanto entidade, os entrevistados apontaram para duas vertentes de atuação. A primeira está orientada para uma reinterpretação da história com ênfase nos "vencidos mostrando a versão daqueles que foram derrotados" (ANDRADE, 2022, informação verbal). O professor contesta a imagem distorcida criada em torno do Arraial de Canudos e, principalmente, de sua liderança. Para Andrade, Antônio Conselheiro foi tratado como um fanático, "um doente, um revoltoso" (2022, informação verbal). E, é em contrapartida a essa visão que o Instituto se posiciona. Consequentemente, o espaço memorial busca mostrar a figura de Conselheiro como um homem comum, que tinha como proposta organizar um espaço

de cooperação e solidariedade em um contexto de seca, fome e morte no sertão (ANDRADE, 2022, informação verbal).

O segundo pilar que orienta os objetivos do IPMC é compreender como os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos podem auxiliar na viabilidade dos moradores de Canudos, ao continuarem a lidar com o clima semiárido, característico da região. Saberes relacionados à terra, como a agricultura específica, que não exija tanta água, e a caprinocultura (criação de animais como bodes, cabras) são proporcionados pelo Instituto (ANDRADE, 2022, informação verbal). Essas formas de atuação são relevantes pois auxiliam na qualidade de vida da população, que ao ter contato com essas práticas podem ter mais maleabilidade com a própria terra.

A iniciativa de promover acesso a conhecimentos da própria região, realizada pelo IPMC, mostra um movimento de integração do espaço memorial com a cidade de Canudos e seus moradores. Além disso, de maneira prática, o Instituto atua com a realização de caravanas escolares, organização de roteiros e acompanhamento de passeios, auxilia em pesquisas e recebe acervos de pessoas que publicam trabalhos sobre Canudos. Essas atividades, em sua abrangência, refletem uma das formas pelas quais podem se estabelecer a relação cidade-habitantes.

Nesse contexto, o sociólogo Henri Lefebvre, no texto “O Direito à Cidade”, disserta sobre essa relação, indicando ainda as transformações enfrentadas pelos indivíduos em decorrência do movimento de uma sociologia pensada para os aspectos rurais e que se direciona a uma sociologia urbana, ainda em formação.

Ao realizar uma reflexão teórica para a concepção de cidade, Lefebvre discorre sobre a produção científica que pode ser realizada com base nesse território. Em meio a projetos e planejamentos que têm como objetivo uma cidade em sua totalidade, o sociólogo afirma que o conceito urbano se apresenta de forma virtual. O aspecto virtual fundamenta-se na inconcretude das sociedades urbanas, que são percebidas ainda como utópicas (LEFEBVRE, 2008). Assim sendo, o estudo sobre a cidade enquanto objeto mostra-se como uma ciência, na qual há a disputa de diversos grupos, mas que se faz necessária por meio das estratégias urbanas derivadas desses estudos, mas utilizadas em conjunto com um suporte social e forças políticas (LEFEBVRE, 2008).

Dentre o suporte social evidenciado por Lefebvre, a classe operária recebe ênfase por ser compreendida como o grupo que está na centralidade das medidas que operam na cidade.

Com isso, o sociólogo aponta que a classe operária tem o papel de integração em disputa na sociedade urbana, em comparação com os demais.

Assim, Henri Lefebvre defende que:

A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará, sob a máscara e a nostalgia da integração. Existe aí não apenas uma opção, mas também um horizonte que se abre ou que se fecha. Quando a classe operária se cala, quando ela não age e quando não pode realizar aquilo que a teoria define como sendo sua 'missão história', é então que faltam 'sujeito' e o 'objeto' (LEFEBVRE, 2008, p. 113).

Dessa proposta de integração, entende-se que a atenção direcionada a classe operária tem como fundamento a tomada de consistência, enquanto grupo, que por si só é majoritário, e pode esboçar a conjuntura de sua região. Em contraposição, a preocupação de Lefebvre está no risco de os grupos dominantes coordenarem as classes operárias a partir das prioridades dessas classes altas.

Outro ponto discutido por Henri Lefebvre está nas contradições encontradas no advento da sociologia urbana. Essas diferenças se tornam visíveis ao serem identificadas as divergências “entre as realidades da sociedade e os fatos da civilização” (LEFEBVRE, 2008, p. 116). Isso porque, a despeito das transformações enfrentadas ao longo dos séculos, como os avanços tecnológicos e científicos, as realidades específicas das cidades podem expor problemas incondizentes com esses avanços. Os genocídios ocorridos durante as Grandes Guerras Mundiais, simultâneos ao desenvolvimento de pesquisas voltadas para a área da saúde, são exemplos apresentados por Lefebvre, que demonstram a contrariedade dessa sociedade. A esses fenômenos concomitantes o sociólogo denomina “segregação generalizada” e “socialização da sociedade” (LEFEBVRE, 2008, p. 116).

Em vista disso, o que se percebeu foi a formulação de estratégias para que, em meio à complexidade dessa configuração da sociedade, os direitos individuais não fossem mais uma vez suprimidos (LEFEBVRE, 2008). Nesse percurso, gradualmente os indivíduos passaram a receber direito à cidadania, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura e à moradia (LEFEBVRE, 2008). Esse rol de direitos abrange ainda a relação do sujeito com a natureza, criticada por Henri Lefebvre.

Em relação ao direito à natureza, Lefebvre analisa como a ideia de direito ao campo se aproximou da concepção de lazer. Nesse trajeto, tanto o primeiro quanto o segundo se tornaram reféns do que o sociólogo denomina como valor de troca. O valor de troca se refere a visão econômica concedida a atividades cotidianas, produtos ou serviços, bem como o lazer

experienciado por meio dos instrumentos criados pelo comércio e pela indústria, e assim institucionalizados. Desse modo, a natureza passa a representar um lugar de lazer, e as cidades que apresentam características camponesas se tornam destinos programados para “viver a naturalidade”. Nesse processo, os indivíduos habitantes das áreas urbanas passam a procurar espaços no campo, tanto para lazer quanto para outros objetivos. Esse movimento para regiões rurais, partindo do urbano, inclui a ação de “colonização” para com esse espaço (LEFEBVRE, 2008).

Sobre essa questão, o entrevistado Vanderlei Silva ressalta sobre a recorrente chegada de empreendimentos à região de Canudos, que geralmente estão relacionados à área de mineração, energia eólica, e grandes fazendas (SILVA, 2022, informação verbal). O ponto de vista do entrevistado traz uma preocupação que se baseia na ameaça que essas obras podem produzir às comunidades tradicionais do entorno, como as quilombolas.

Dessas discussões, Lefebvre aborda o conceito de direito à cidade, que se coloca como um direito em resposta ao direito à natureza/lazer por ele criticado. Tendo em observação o imaginário das cidades urbanas como um espaço degradado, e de desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a necessidade de reconfiguração dessa perspectiva é o que fundamenta seu argumento de direito à cidade. Entretanto, para o sociólogo, essa luta pelo direito não pode se resumir a possibilidades de passeios pela cidade, mas também ao direito de acesso a meios de viver os dias de modo saudável, estável, seguro e acolhedor (LEFEBVRE, 2008).

Diante disso, ao relacionar a fala dos entrevistados com as discussões suscitadas por Lefebvre, pode-se inferir que a cidade de Canudos, assim como demais lugares, enfrenta o duplo fenômeno social de ser uma região rural, alvo de empreendimentos e capital externo, mas que também necessita de ações que promovam a utilização de seu próprio espaço através do valor de uso. Desse modo, deve-se considerar ainda que valor de uso se refere ao atendimento das necessidades, não somente primárias, mas também das cotidianas que resultem em qualidade de vida.

Em certa medida, infere-se que a cidade de Canudos vem passando por um processo de urbanização, com base nas falas dos entrevistados. Esse processo tem desencadeado reajustes, de modo a acionar até mesmo saberes tradicionais como formas de resistência dos moradores da cidade às transformações inesperadas dessa conjuntura. Assim, o direito à cidade aparece como um direito à integração dos habitantes tanto por meio dos conhecimentos dos

antepassados advindos através da preservação da memória coletiva, quanto pelos ressignificados potencialmente dirigidos à Canudos, em relação à imagem da região, comumente propaganda em consequência do massacre ocorrido no final do século XIX. Com isso, faz-se importante o uso das lembranças espontâneas como um elo da cidade entre o passado e as transformações futuras diante das alterações rurais em caminhos de urbanização, como sugere Lefebvre (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as discussões desenvolvidas ao longo desta pesquisa, compreende-se a importância da narrativa no processo de ressignificação da memória. Tendo em vista seu caráter social (HALBWACHS, 1990), e que perpassa a vida dos indivíduos através de recordações, é relevante ainda analisar o papel do testemunho, enquanto relato de experiência traumática. Ao realizá-lo, o sujeito permite sua reintegração no mundo (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Nesse contexto, as formas de testemunhos podem ser diversas. No campo da literatura encontram-se obras que transmitem de modo aproximado o cotidiano de vítimas de eventos catastróficos. Essas obras permitem que o leitor, enquanto indivíduo, se coloque naquela experiência, e sugere-se como consequência sua "co-participação" no momento do trauma. Por isso, a memória é recorrentemente analisada como ação coletiva, que também se utiliza de espaços para operar.

Tal como descreve Pierre Nora (1993), a memória usa de três aspectos para se concretizar no percurso histórico: material, simbólico e funcional. Cada um desses coexiste entre si, e retirando a perspectiva do passado apenas atrelada à História, como um fenômeno isolado. E nesse sentido, os lugares de memória se tornam espaços de preservação da espontaneidade em meio aos aspectos reivindicados pela história, em concorrência ainda com os saberes *laicizados*, onde as minorias também se colocam como requisitantes dos lugares de memória (o que se acompanhará em Canudos).

A partir dessa análise, este trabalho buscou apresentar o contexto da Guerra de Canudos, com as informações pré-existentes ao conflito. E dessas explanações, procurou-se relacionar a obra "Os Sertões", de Euclides da Cunha, como um possível relato testemunhal, porém não único.

Com a proliferação de museus memoriais desde os anos 1950 pelo mundo (SODARO, 2019), pretendeu-se ainda relacionar esta afirmação ao contexto brasileiro. E com isso, este trabalho debruçou-se sobre a criação do Instituto Popular Memorial Canudos (IPMC). Subsequentemente, aspirou-se aproximar a proposta de agenda do Instituto, de caráter mais popular, ao conceito de direito à cidade, de Henri Lefebvre.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, José Wilson. Conhecendo o Instituto Popular Memorial Canudos. [Entrevista cedida a Daniela Bomfim Pina]. Entrevista concedida para trabalho final de disciplina. Online, 2022.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, v. I, Magia e técnica, arte e política, trad. **SP Rouanet, S. Paulo: Brasiliense (citado como OE I)**, 1985.

BRUCK, Ney Roberto Vátimo. **A psicologia das emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma**. 2007.

CALASANS, José. Canudos-origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. **Revista USP**, n. 54, p. 72-81, 2002.

CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; CÂMARA, Yls Rabelo. **Canudos revistado: uma breve análise do que foi a utopia de Antônio Conselheiro, ameaça à consolidação do poder da república no final do século XIX**. 2015.

DURKHEIM, Emile. O que é fato social. **As regras do método sociológico**, v. 6, 1978.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, M., (1990). **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice.

LEFEBVRE, Henri et al. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 30, 2005.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, p. 65-82, 2008.

SILVA, Vanderlei Leite. Conhecendo o Instituto Popular Memorial Canudos. [Entrevista cedida a Daniela Bomfim Pina]. Entrevista concedida para trabalho final de disciplina. Online, 2022.

SODARO, Amy et al. Tradução" Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu". **PerCursos**, v. 20, n. 44, p. 207-231, 2019.

SZACHNOWSKI, Zelina Márcia Pereira Beato; ARAÚJO, Aryadne Bezerra. O GENOCÍDIO DE CANUDOS COMO TRAUMA E OS SERTÕES COMO RELATO TESTEMUNHAL. **fólio-Revista de Letras**, v. 11, n. 1, 2019.